

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA RURAL NÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE: EMPREGO, DETERMINANTES E POLITICAS.

José Antônio Nunes de Souza (SESAP/RN)
Thales Augusto M. Penha (IE/Unicamp)
Reili Amon-Há Viera dos Santos (PIMES/UFPE)

Resumo

Este trabalho analisa o comportamento da atividade não agrícola na região Nordeste. Para isto, este trabalho dados da PNAD para fazer uma análise empírica bem como, contou com um aporte de uma vasta literatura especializada no tema. A revisão bibliográfica foi fundamental para amparar e guiar as bases de análise sobre os fatores que implicam sobre a geração de atividades agrícolas, bem como, os determinantes que levam os agentes a ingressarem nestas atividades. Este estudo trouxe algumas considerações importantes sobre a composição da atividade agrícola da região nordestes. Podemos sumarizar que os estados da região possuem uma alta heterogeneidade, destacando que o desempenho individual de cada estado é um importante fator de geração destas atividades. outro resultado importante foi a constatação de que o setor da indústria de transformação é o principal setor não-agrícola da região

Palavras-Chaves: atividades não-agrícolas. Região Nordeste. Meio rural. Ocupações no campo

Abstract

This paper analyzes the behavior of non-agricultural activity in the Brazilian Northeast region. Therefore, this work with data from National Survey of Household Research (PNAD) to do an empirical analysis. Furthermore did a vast literature review about the theme., that was crucial to support and guide the basis of analysis on the factors that imply about generating agricultural activities, as well as the determinants that lead agents to join in these activities. This study provided some important considerations about the composition of agricultural activity in the Northeast's states had a high heterogeneity among themselves, highlighting the individual performance of each state is an important factor in generating these activities. As it became evident that the sector of the manufacturing industry is the main non-agricultural sector in the region

Keywords: non agricultural activities. Brazilian Northeast Region. Rural Region. Rural activities.

JEL: Q19; R11

1. Introdução

Ao longo das últimas décadas, a visão de que a economia rural é necessariamente agrícola foi cada vez mais contestada por um número significativo de estudos, que evidenciam que os agricultores têm buscado desenvolver outras atividades econômicas dentro dos espaços rurais que não são eminentemente agrícolas. Entre estes estudos, destaca-se o trabalho de Klein (1992) que, cada vez mais, a renda rural vem se diversificando no que tange à sua origem. Isto decorre da percepção de que um número crescente de agricultores tem obtido renda a partir de atividades não agrícolas. Davis (2003) este setor tem fornecido entre 40% e 60% da renda e do emprego dentro das áreas rurais.

As transformações pelas quais passou o meio rural nas décadas de 1980 e, sobretudo no que se refere à modernização do setor agropecuário. Reardon *et alii* (2000) aponta que este processo, se apoiou no crescimento do agroprocessamento, da distribuição de produtos e da produção de insumos e serviços técnicos na agricultura; nas mudanças institucionais das firmas agroindustriais; e na mudança do padrão tecnológico e das estruturas dos mercados agrícolas. Além disso, pode-se relacionar que a situação de pobreza que tem afetado boa parte da população rural, levaram muitas famílias a decidirem pela diversificação de suas rendas em atividades rurais não agrícolas, por exemplo: artesanatos, costuras e até turismo agroecológico. Isso se explica por razões que vão desde a obtenção de rendas superiores às agrícolas até a decisão de fugir da situação de pobreza extrema, que atinge muitas famílias residentes nos espaços rurais, principalmente dos países menos desenvolvidos.

Dessa forma, as decisões de inserção dos domicílios rurais no rol das atividades rurais não agrícolas têm sido tomadas frequentemente pelos membros das famílias, e estes avaliam não apenas em quais atividades vão alocar a sua força de trabalho, mas também em que cenário econômico essa decisão será tomada.

Reardon *et alii* (2006) explicam que essas decisões dos membros das famílias rurais para diversificar a renda diferem entre as formas e os grupos de renda. Isso implica uma importante distinção entre as motivações para diversificar, que podem surgir ou a partir da motivação de ampliar o capital familiar ou mediante aversão ao risco, choques negativos sobre a renda ou ambiente de depressão das atividades agrícolas.

Berdegue *et alii* (2000) entendem que a renda das atividades não agrícolas, na América Latina, é parte da solução de, no mínimo, três questões: a pobreza rural, a modernização do setor agrícola e as novas configurações dos espaços rurais. Com relação à pobreza rural, Ferreira e Lanjouw (2001) observaram que a incidência da pobreza, Nordeste brasileiro, é bem maior nas áreas rurais do que nas urbanas. Neste estudo eles identificaram que 48,8% das famílias rurais são pobres, enquanto que, nas áreas urbanas, esse percentual é de 30,7%. Em outro estudo que aborda a pluriatividade e o emprego doméstico no Brasil, Nascimento *et alii* (1998) demonstrou que o crescimento da ocupação de trabalhadores domésticos nas áreas rurais reflete o aumento da pobreza e da desigualdade no País.

Assim, estes estudos indicam que as atividades rurais não agrícolas absorvem boa parte da mão de obra liberada da agricultura, devido às suas ligações com os diversos ramos da atividade econômica, impulsionando o desenvolvimento da indústria, das redes de comércio, da comunicação, do turismo e de outras atividades, que, para muitos dos indivíduos rurais, são bem mais atraentes do que aquelas encontradas nas atividades agrícolas (DAVIS, 2003).

No caso brasileiro, os estudos das atividades rurais não agrícolas receberam uma atenção especial com as publicações dos pesquisadores do Projeto RURBANO¹, que, em suas análises, utilizaram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nessas publicações, Del Grossi e Graziano da Silva (2000) mostraram que as atividades estritamente agrícolas têm ocupado um tempo cada vez menor na alocação de força de trabalho das famílias rurais.

Sobre a região Nordeste, essas publicações mostraram que a dinâmica rural não agrícola também adquire um impulso significativo, embora diferente da estrutura ocupacional verificada nas áreas rurais de outras regiões.

No caso da modernização da base agrícola, as atividades rurais não agrícolas funcionam absorvendo boa parte da mão de obra liberada da agricultura devido a suas ligações com os diversos ramos da atividade econômica. E no que respeita as novas configurações do campo, as atividades não agrícolas mudaram em muitos casos o cenário rural impulsionando o desenvolvimento da indústria, redes de comércio, comunicação, turismo e outras atividades que para muitas dos indivíduos rurais são bem mais atraentes que as atividades agrícolas.

No caso da região Nordeste, as atividades rurais não agrícolas vão assumir padrões diferenciados entre os estados, justamente pela forma distinta de suas trajetórias econômicas. Os resultados das fases I e II, do projeto Rurbano, mostrou que na região Nordeste do total de pessoas ocupadas nas áreas rurais, no ano de 1997, cerca de um quarto se encontrava ocupados em atividades rurais não agrícolas, dentre as quais se destacam as ocupações vinculadas aos ramos de prestação de serviços sociais e da indústria de transformação.

Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é fazer uma análise da estrutura da economia rural não agrícola na região Nordeste. Esta análise se deu a partir dos principais determinantes destas atividades e de dados quantitativos das variáveis envolvidas nelas, buscando dessa forma ligar as variáveis socioeconômicas individuais e dos domicílios, na trajetória das atividades rurais não agrícolas na região.

As variáveis utilizadas dizem respeito a características tanto individuais como dos domicílios, e foram extraídas da base de microdados da PNAD.

Este artigo se encontra dividido em mais cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção será traçado um panorama geral da economia rural não agrícola, suas principais ligações e determinantes. A terceira seção discute a gênese das atividades não agrícolas nos planos nacional e regional. Na seção seguinte serão apresentados dados acerca do panorama do emprego não agrícola na região nordeste. Na quinta seção constam algumas considerações finais a respeito do trabalho. E por fim encontram-se as referências bibliográficas utilizadas neste artigo.

2. O setor rural não agrícola, diversificação de renda e suas motivações.

A observação dos níveis de emprego e renda nas áreas rurais dos diversos países tem mostrado nas últimas décadas que a diversificação tanto do emprego, quanto da renda rural tem sido um fenômeno crescente. Deste modo, o setor rural não agrícola tem não só gerado um número crescente de ocupações, mas também de agregação de valor no campo. Esse fenômeno tem sido um dos resultados do processo de transformação pelo qual atravessa os espaços rurais consonantes com a modernização do setor, a urbanização de áreas rurais e a globalização.

¹Projeto de pesquisa temático que teve como objetivo reconstruir séries históricas, a partir dos microdados da PNAD desde 1981, relativas à população ocupada, ao emprego e à renda.

O setor rural não agrícola pode ser definido como sendo formado por um conjunto de atividades econômicas desempenhadas no meio rural, que não se inserem no rol das atividades agrícolas. Estas atividades estão ligadas principalmente aos setores da indústria, lazer e da prestação de serviços.

Estudos como o de Klein (1992) que mostrou a importância do setor não agrícola dentro dos espaços rurais na América Latina, provocaram diversas reflexões na forma de enxergar o rural, por parte dos economistas, sociólogos e estudiosos do tema. Este trabalho surge ao lado de outros que da mesma forma buscaram explicar este fenômeno ao redor do mundo.

Quanto a sua gênese, Berdegue *et alii* (2001) explica que o processo de surgimento das atividades rurais não agrícolas se dá através de um série de sucessivos estágios a partir da produção para o mercado local. Estas etapas iriam a cada rodada gerar uma acumulação de capital capaz de dinamizar o surgimento das atividades rurais não agrícolas. Neste caso o motor das atividades rurais não agrícolas seria endógeno, de maneira que a própria dinâmica do setor rural favoreceria o surgimento destas atividades. No entanto, esse trabalho mostra que isso não segue um padrão, podendo algumas regiões ficar muito tempo presas num determinado estágio, ou simplesmente saltar para estágios mais avançados devido a ligações externas com o setor urbano. Isso significa que embora essa visão aceite o fato de que o impulso possa ser endógeno, a realidade tem mostrado que este impulso em muitos casos se origina fora do meio rural.

Ainda neste contexto, Dirven (2001) *apud* Start (2001), aponta quatro fases distintas da trajetória das atividades rurais não agrícolas, que vão desde impulsos endógenos até as ligações com os demais setores da economia globalizada:

- *Fase 1 : Economia essencialmente rural e de subsistência*
- *Fase 2 : A agricultura ou outro setor emerge e se moderniza, a produtividade aumenta, se produz um excedente e a renda aumenta, dinamizando a diversificação rural.*
- *Fase 3 : Na medida em que se procede o desenvolvimento, tanto o crescimento da renda como a redução dos Custos de Transporte, reduzem as possibilidades de novas atividades rurais não agrícolas, pela competição urbana.*
- *Fase 4 : Se desenvolve uma nova série de encadeamentos para uma economia urbana e globalizada.*

Neste circuito cabe da mesma forma frisar que estas etapas podem assumir padrões distintos, podendo as regiões saltar uma ou mais etapas dependendo de sua própria dinâmica local ou das conexões com setores externos. Assim poderia ocorrer na primeira etapa uma geração de excedente forte o suficiente para dinamizar as atividades rurais não agrícolas, ou embora esse excedente não fosse capaz de impulsionar internamente tais atividades, a região rural possa através de estímulos externos tais como investimentos devido a alguma dotação natural, alcançarem um padrão de urbanização capaz de impulsionar as atividades rurais não agrícolas.

Deve-se, no entanto observar que a forma como o setor rural não agrícola se desenvolve dentro dos diversos contextos rurais, assume distintas dinâmicas quanto às dotações de cada área. Isso significa dizer que de acordo com sua infra-estrutura os espaços rurais poderão expandir e diversificar mais rapidamente ou tardiamente suas atividades rurais não agrícolas. Por exemplo, regiões rurais que apresentem um forte potencial para o turismo rural, ou que possua uma forte conexão com redes de comercialização de produtos e serviços, ou que tenha tido fortes impulsos no sentido de modernização de suas estruturas agrárias, tenderão a desenvolver mais rapidamente um setor rural não agrícola, diversificando sua estrutura de emprego e renda.

O setor rural não agrícola tornou-se bastante complexo devido a este novo recorte, conforme abordamos brevemente até aqui. Por isto, para uma avaliação mais consistente de sua dinâmica devemos compreender de forma mais clara como alguns fatores afetam esta dinâmica entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Para isto deve-se ater a alguns pontos fundamentais: i-) os impactos da dinâmica agrícola sobre as atividades não agrícolas que apesar do forte desenvolvimento do setor não agrícola; ii-) o impacto da produtividade agrícola; iii-) a importância da diversificação das atividades no meio rural. Klein (1993) aponta que a quase totalidade das atividades rurais não agrícolas dependem da dinâmica da agricultura. Para este autor essa dependência se verifica, por exemplo, no fato o nível de vendas de muitos produtos e sua própria estrutura de oferta se dá em função dos rendimentos agrícolas. Portanto, seria assim um caso típico de geração de uma demanda rural ou pelo menos de uma demanda de trabalhadores ocupados na agricultura pelos produtos e serviços das empresas rurais não agrícolas.

Por sua vez, Lanjouw & Lanjouw (1995) argumentam que não pode inicialmente prever que as atividades rurais não agrícolas ganhem algum impulso a partir da produtividade da agricultura, embora neste caso os salários de uma forma geral tendam a subir. Os autores citam os estudos de Hazel & Haggblade (1990) que mostram que o aumento de renda agrícola na Índia está associado positivamente a um aumento na renda rural não agrícola, e da geração de empregos não agrícolas. De uma forma geral, quando se trata de empregos, a maioria dos estudos Graziano da Silva et al (2002); Lanjouw e Lanjouw(1995) têm mostrado que o setor rural não agrícola tem absorvido um contingente crescente de mão de obra dispensada do setor agrícola.

A relação com a produtividade do setor agrícola é uma questão de suma importância para analisar seus alcances em termos de geração de emprego e rendimento no campo. Lanjouw & Lanjouw (1995), explicam que neste caso os estudos têm focado em três medidas: a produtividade do trabalho, que mede o valor acrescentado por uma atividade por unidade de insumos de trabalho; a produtividade do capital, que mede o valor acrescentado por unidade de capital e a relação Custo/Benefício que mede o valor adicionado como razão entre a soma de trabalho e capital, com pesos baseados em seus custos de oportunidades. Algumas constatações empíricas Liedholm & Kilby (1989) abordaram a rentabilidade relativa da pequena empresa rural contra a rentabilidade das grandes empresas urbanas em Serra Leoa, Honduras e Jamaica. Os resultados mostraram que em mais de dois terços das indústrias estudadas a razão social custo/benefício para as empresas de pequena escala foram maiores que um, em relação as grandes empresas urbanas do mesmo país. Já em outros estudos tem apontado que algumas atividades rurais não agrícolas podem apresentar baixos retornos Liedholm & Mead (1987).

Ao analisar-se a diversificação das atividades econômicas no meio rural deve-se ater dois fatores: i) os efeitos multiplicadores potenciais, que se originam a partir de impulsos do lado da demanda que podem encadear efeitos positivos capazes de ligar o setor rural não agrícola com o setor agrícola; ii) a integração da produção agrícola com cadeias de valor, ou seja, incorporar cada vez mais valor a produção das áreas rurais, através de cadeias produtivas de porte nacional ou internacional, que resultem na geração de ganhos de renda suficientes para a manutenção da renda das famílias inseridas não apenas nas atividades agrícolas, mas também nas atividades não agrícolas. (DAVIS, 2003; SANCHEZ 2005).

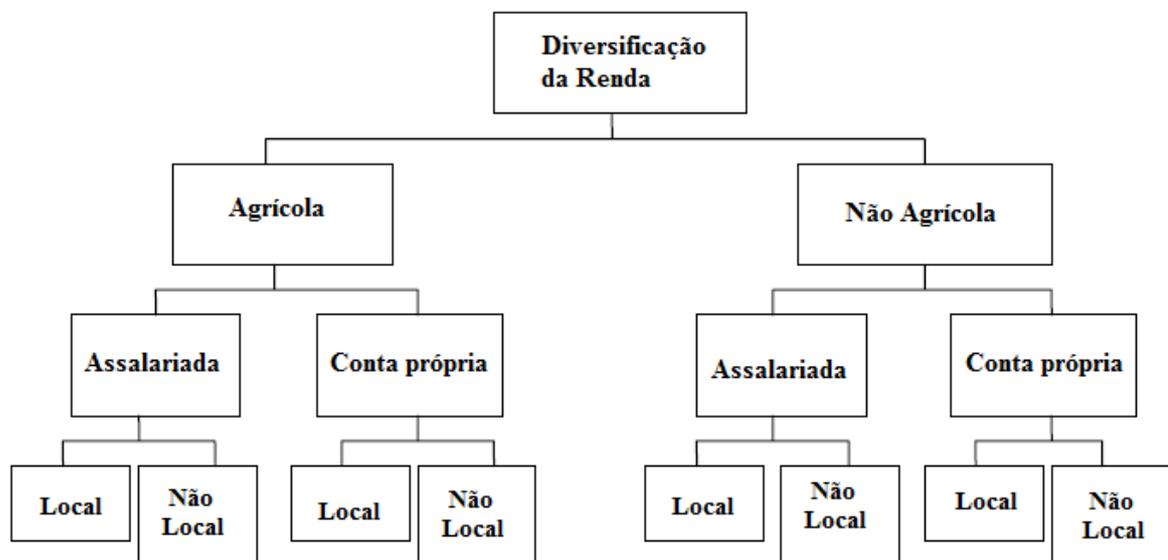
De modo mais específico a diversificação das atividades econômicas dentro do setor rural compreende três categorias gerais de fontes de renda: setorial, espacial e funcional. Essas categorias foram estudadas por Barrett et al (2001) e são apresentadas na figura 1.

No que tange especificamente as características de cada categoria, tem-se que a categoria setorial, diz respeito se a renda rural é agrícola ou não agrícola, que se relaciona diretamente com o tipo de ocupação exercida. A categoria funcional se relaciona com o tipo

de ocupação, se esta ocupação é assalariada ou por conta própria. E finalmente a categoria espacial se refere a distribuição espacial da ocupação, considerando que as atividades que são realizadas no lugar de domicílio, são consideradas locais, e caso contrário serão classificadas como não locais.

A diversificação dentro do setor rural não agrícola pode ser o resultado de diferentes motivações por parte das famílias residentes nas áreas rurais. Geralmente essas motivações têm na manutenção da renda sua principal variável de escolha, sobretudo nas áreas rurais onde incide maiores níveis de pobreza rural.

Figura 1: diagrama das fontes de renda nas áreas rurais



Fonte: Adaptado de Barrett et al (2001)

Essas escolhas são o resultado de movimentos dicotômicos que como bem explica Reardon (1998) podem atrair as famílias residentes nas áreas rurais para as atividades rurais não agrícolas, ou podem empurrá-las para estas atividades. A atração se dá pela identificação de novas oportunidades de ganhos de renda no meio rural que não sejam tão sazonais como as verificadas nas atividades agrícolas, e que não incorram nos riscos característicos destas atividades, o que faz com que as famílias se sintam atraídas pelas atividades rurais não agrícolas. Os diferenciais de salários entre o setor agrícola e o setor não agrícola nas áreas rurais podem operar como um fator de atração de muitas famílias rurais para este último. Já a falta de potencial agrícola, a falta de terras, as variações nos climas, etc. podem atuar como fatores que empurram as famílias rurais para as atividades não agrícolas.

Neste mesmo sentido, Davis (2003) argumenta que as escolhas serão condicionadas pelas diferentes oportunidades geradas no setor rural não agrícola. Ele apresenta motivações também dicotômicas: puxadas pela demanda/empurradas pelas adversidades, necessidade/oportunidade, etc. No que se refere à diversificação das atividades rurais não agrícolas puxadas pela demanda, tem-se que trata de uma resposta a novos mercados que se originam de demandas diferenciadas no meio rural ditadas inclusive por dinâmicas

tipicamente urbanas. Já no caso da diversificação empurrada pela pelas adversidades, esta é o resultado de choques negativos sobre a renda da família tais como queda dos preços agrícolas e fenômenos climáticos desfavoráveis que afetam negativamente a renda das áreas rurais.

A relação sazonalidade/desemprego no setor agrícola é uma questão central na análise da dinâmica entre o emprego agrícola e o não agrícola, pois, a sazonalidade no emprego rural em algumas áreas implica numa expectativa por parte dessa massa no setor rural não agrícola. Pois, este é visto como uma maneira de garantir sua renda frente às oscilações da agricultura. Neste aspecto, Lanjouw e Lanjouw (1995), argumentam que o setor rural não agrícola pode absorver boa parte da mão de obra dispensada pela agricultura, mas que os empregos disponíveis neste setor podem ser bastante limitados, eles citam os estudos de Romijn (1987) que mostram que cerca de 20% da força de trabalho agrícola na Tailândia subempregada em atividades não agrícolas foi devido à sazonalidade da agricultura. Ademais deve atentar ao fato de que muitos destes empregos não devem ser muito altos devido à subutilização das bases de capital, e em consequência seu rendimento também não deverá ser muito alto. No entanto, ainda um número grande de indivíduos irá preferir se ocupar nas atividades rurais não agrícolas a ficar desempregados. No Brasil, por exemplo, Del Grossi et al (2001), também admite que as atividades rurais não agrícolas são responsáveis por absorver mão de obra da agricultura quando as atividades nas propriedades rurais são menos intensas.

De uma forma geral, as famílias (principalmente as que se encontram em regiões rurais mais pobres) observam as oportunidades oferecidas pelas atividades rurais não agrícolas, avaliando os diferenciais de rendimento entre essas e o setor agrícola. Essas motivações podem fazer referência a algumas dicotomias já comentadas anteriormente que podem ser importantes na avaliação dos incentivos que uma família rural possui para empreender alguma atividade rural não agrícola tais como puxados pela demanda/empurrados pela adversidade, necessidade/oportunidade, etc. (DAVIS, 2003).

Del Grossi *et alii* (2001) estudando o diferencial de rendimentos entre as ocupações rurais, mostrou que para grande parte dos ocupados rurais a maior renda média de todos os grupos de atividades exercidas pela população rural cabe aos trabalhadores por conta-própria não-agrícolas. Muitos outros estudos de mesma natureza têm mostrado que de maneira geral o retorno em termos de rendimento tem nas últimas décadas se mantido acima do retorno da agricultura, embora existam ocupações em que o retorno da agricultura ainda excede os rendimentos não agrícolas.

A diminuição dos riscos é outro fator considerável na opção das famílias rurais em optar por realizar alguma atividade rural não agrícola. A atividade agrícola possui alguns riscos inerentes ao seu desenvolvimento que podem impactar negativamente nos possíveis retornos auferidos por essa atividade. Choques climáticos negativos podem diminuir ou até mesmo dizimar a produção fazendo com que todo o investimento na colheita seja comprometido fazendo com que as famílias agrícolas incorram em prejuízo. A ausência ou a insuficiência de mercados para determinados produtos agrícolas também pode levar muitas famílias a diversificar sua renda através das atividades rurais não agrícolas. A falta de uma rede de crédito ou seguros para a agricultura pode da mesma forma restringir o desenvolvimento dessas atividades em favor das não agrícolas. Assim, na presença de incerteza quanto às atividades agrícolas, as famílias irão buscar diversificar suas rendas aumentando sua participação nas atividades não agrícolas.

Outro conjunto de fatores que operam na motivação para as atividades rurais não agrícolas são os que empurram as famílias rurais na direção dessas atividades. Entre estes temos a sazonalidade, que já foi comentada anteriormente, que opera no sentido de fazer com que as famílias rurais que ficaram sem renda na época da entressafra possam encontrar nas atividades rurais não agrícolas uma forma de manutenção de sua renda. Choques adversos sobre a produção rural (secas prolongadas, queda brusca dos preços agrícolas, degradação

ambiental, etc.) podem fazer com que as atividades rurais não agrícolas sejam as únicas fontes de renda disponíveis para as famílias rurais. Em trabalhos realizados por Bezemer e Davis (2003), eles mostraram que em países como Armênia, Geórgia e Romênia foram os fatores que empurram (distress push) que impulsionaram a maioria dos pobres rurais a diversificar suas rendas através do emprego rural não agrícola.

3. Determinantes do emprego rural não agrícola

Quanto aos determinantes da alocação de força de trabalho nas atividades rurais não agrícolas, muitos estudos têm permitido identificar quais são os fatores determinantes para a participação no emprego rural não agrícola. A ideia presente nestes estudos é a de analisar quais as influências que determinadas variáveis socioeconômicas têm na decisão e no tipo de emprego rural não agrícola nas áreas rurais. Estes determinantes são variados, e podem estar relacionados a grupos de variáveis tanto de caráter da área rural, do domicílio e do indivíduo.

O primeiro grupo de determinantes são os que dizem respeito a própria dinâmica da área rural em termos econômicos, tais como: organização social, dotações econômicas naturais, grau de industrialização, etc.

O desempenho econômico regional de acordo com a grande parte dos estudos, como os de Reardon et al (2001) e Dirven (2004) indicam que as atividades rurais não agrícolas que possuem melhores remunerações estão mais concentradas em regiões que apresentam forte dinamismo econômico tanto de forma geral, mas também agrícola. Isso porque esse dinamismo está ligado à articulação da agricultura a outros setores econômicos que se inserem dentro das áreas rurais que demandam diversos ramos de ocupações rurais não agrícolas. Reardon (2000) mostra que em regiões onde a agricultura experimentou forte crescimento, as atividades rurais não agrícolas obtiveram fortes retornos de rendimento. Essa vinculação é bem expressa por Lanjouw (2001) quando este trata do caso de El Salvador, onde mostra que de alguma forma uma parte importante das atividades não agrícolas gira em torno do comércio, serviços, transporte, etc. todas essas atividades são bem mais desenvolvidas em regiões de uma economia dinâmica que possibilita uma articulação consistente do setor não agrícola com os demais setores da economia.

Nas áreas rurais com baixo desempenho agrícola apresentaram atividades não agrícolas com baixo rendimento, muito devido a alta oferta de mão-de-obra, não absorvida pelo setor agrícola. Assim, os tipos de empregos rurais não agrícolas são dessa forma determinados pelo dinamismo econômico presentes nas áreas rurais.

Outro determinante importante é o capital social, pois a interação entre os agentes estabelecendo um conjunto de redes sociais, possibilita a redução de custos de transação, além de atenuar as imperfeições de mercado. Davis (2003) explica que a formação de um capital social adequado nas áreas rurais, pode se configurar em acesso a informações importantes de mercado e compradores, ao emprego assalariado e a novas oportunidades de negócios, crédito, compartilhamento de recursos e habilidades, etc. O autor cita os trabalhos de Fafchamps & Minten (1998), que mostram que o capital social tem um efeito positivo sobre as vendas e margens brutas. Lanjouw (1998) também mostra em seu estudo sobre o setor rural não agrícola no México, que as áreas rurais com índices elevados de capital social tendem a ser menos pobres. Dessa forma com uma rede de capital social igualmente distribuída entre os espaços rurais, tendem a influenciar positivamente no acesso a empregos rurais não agrícolas.

As inversões realizadas nas áreas rurais são um motor importante na geração de ocupações rurais não agrícolas. este investimento em infraestrutura nas áreas rurais como construção de estradas, pontes, redes de abastecimentos, etc. facilitam a comunicação do meio rural com as áreas urbanas e com os setores econômicos a ela vinculados, aumentando o fluxo

de bens e serviços gerados no campo. As estradas facilitam o transporte de insumos para o campo, como também permitem que a produção lá originada possa escoar mais rapidamente e atingir um número maior de consumidores.

Em relação a infraestrutura do meio rural, Ferreira e Lanjouw (2001), admitem as atividades rurais não agrícolas são bem mais dinâmicas nas áreas rurais que possuem boas conexões com os mercados e contam com um nível mínimo de infraestrutura. Já Janvry & Sadoulet (1999) ao estudarem os domicílios rurais do México, verificaram que os domicílios rurais que se situam próximos a grandes centros urbanos, tem um acesso melhora a aos empregos assalariados não agrícolas, e os que vivem em pequenos povoados rurais são caracterizado por apresentar um maior contingente de autoemprego não agrícola e agrícola, e os que vivem em áreas rurais mais afastadas se engajam mais trabalho assalariado agrícola.

A infra-estrutura viária ainda permite o desenvolvimento de atividades como o turismo rural e o ecoturismo, que em muitas áreas são a principal fonte de empregos rurais não agrícolas. Da mesma forma, um sistema bem organizado de telecomunicações e informações, leva a melhores condições de comercialização, e de interação com os mercados, possibilitando a criação de novos empreendimentos nas áreas rurais, de acordo com as demandas verificadas tanto a nível local, como fora delas. Assim, esses e outros aparatos de infra-estrutura tais como eletrificação, abastecimento de água, transportes, sistema financeiro, etc. são variáveis chaves que influenciam positivamente o desenvolvimento de empregos rurais não agrícolas. No entanto Lanjouw & Lanjouw (1995) chamam atenção de que embora uma melhor infra-estrutura possa representar um importante impulso as atividades rurais não agrícolas, ela pode por outro lado ter um impacto negativo no sentido de aumentar a concorrência da empresa local com produtos externos, e também impor aumentos na formação de custos dos produtos das empresas rurais.

Neste caso o setor público tem um papel de grande importância quando se trata de alocação de recursos visando potencializar o desempenho econômico. No caso das áreas rurais, tem-se que este papel é ainda maior, sobretudo nas áreas mais pobres. A importância do setor público em fomentar as atividades rurais não agrícolas, dessa forma tem um peso maior nas áreas rurais mais pobres dado que estas não dispõem de outras fontes de renda. Esta importância se configura em inversões, tais como construção de prédios públicos, estradas, obras estruturantes de maior complexidade e maiores custos que necessitam de alto aporte financeiro. O Estado pode ainda aumentar seus serviços dentro das áreas rurais, oferecendo empregos públicos nas áreas de administração, saúde, educação e serviços sociais. Isto não apenas pode representar maiores oportunidades de emprego no campo, mas ampliação da demanda local por produtos e serviços, estimulando o crescimento de mais atividades não agrícolas.

O a restrição ao crédito é um fenômeno que atinge muitas famílias rurais, desencorajando-as a entrar nas atividades estritamente agrícolas, pois estas dependem de uma capacidade mínima de produção, que não está disponível para a maioria das famílias rurais, sobretudo nas que se encontram nas áreas rurais menos dinâmicas e sem uma estrutura de financiamento adequada. Dessa forma, um dos principais obstáculos ao empreendedorismo em atividades agrícolas, é justamente a falta de acesso ao capital. Em alguns casos mesmo que exista uma estrutura de crédito, as limitações se verificam no seu tamanho e no seu prazo de financiamento.

Neste caso o investimento da família na produção agrícola fica restrito as suas dotações iniciais. No entanto já se observou que as famílias de menor renda, são menos propensas a incorrer nos riscos inerentes a agricultura, de forma que na ausência de um sistema crédito mais consistente, as famílias que não dispõem de dotações iniciais em termos de ativos, tenderão a optar pelas atividades rurais não agrícolas.

Outro determinante considerável é o tamanho das famílias, pois possui alguma relação direta com sua decisão em participar do mercado de trabalho não agrícola. A ideia presente neste caso é que quanto mais componentes tem uma família, mais indivíduos ela pode liberar para exercer atividades rurais não agrícolas a ampliar o rendimento do domicílio. Numa família que exerça alguma atividade agrícola como atividade principal, esta poderá diversificar sua renda na medida em que seus membros podem se dedicar as atividades rurais não agrícolas, principalmente os membros mais jovens e com melhores níveis de escolaridade.

As transferências sociais e previdenciárias é um ponto importante de se tratar quando se avalia a composição das rendas rurais. As políticas de transferências de renda através de programas sociais e as rendas de aposentadoria, tem significado parte importante das rendas rurais, sobretudo nas regiões rurais mais pobres, como o caso do Nordeste. Delgado (1997) mostra que os rendimentos de aposentadoria têm representado uma forma clara de subsistência e complementação da renda do domicílio, sendo que em áreas rurais mais precárias esse peso pode chegar a 50% do total dos fluxos de rendimento. Quando traçamos um paralelo das rendas de aposentadoria com a probabilidade de alocação de horas de trabalho nas atividades rurais não agrícolas, observa-se que os domicílios que possuem indivíduos nesta categoria estão menos propensos a participar nessas atividades. Isso ocorre não apenas nas aposentadorias, mas também no caso das transferências de renda por programas sociais devido ao fato de que estas rendas aumentam o salário de reserva dos indivíduos do domicílio.

O salário de reserva é um dado valor de salário abaixo do qual os indivíduos (neste caso, residentes rurais) não estão dispostos a ofertar trabalho. Se os rendimentos das atividades não agrícolas forem superiores ao salário de reserva, os indivíduos não serão motivados a participar do mercado de trabalho não agrícola. Assim, espera-se que quanto maior os rendimentos destas duas categorias de transferências nos domicílios rurais, menor deve ser a probabilidade destes últimos em fazer parte do setor não agrícola.

Um último grupo de determinantes das decisões de alocação de trabalho nas atividades rurais não agrícolas, recai sobre as características dos indivíduos do domicílio. Neste aspecto podem-se destacar três características principais: educação, gênero e idade.

O aspecto educacional é uma das características mais presentes nos estudos que tratam das decisões de participação no mercado de trabalho não agrícola. De forma geral, a escolaridade tem um efeito positivo na decisão de participar em atividades rurais não agrícolas, a teoria sugere neste caso que quanto maior tempo de estudo, maior as chances de o indivíduo obter emprego no setor não agrícola.

Estudos realizados para a América Latina (Berdegue *et alii* 1999) tem evidenciado que o nível de escolaridade é um determinante fundamental ao acesso as atividades rurais não agrícolas. Em geral as pessoas que possuem alto nível de escolaridade se inserem nas atividades bem mais remuneradas e com melhores condições de trabalho (trabalho assalariado). Barret *et alii* (2001) estudando a diversificação de renda dos domicílios rurais na África, também mostra que o nível que educação tem uma relação direta com as atividades rurais não agrícolas com salários mais elevados.

A educação dessa forma se torna um fator de grande importância, Lanjouw (2001) explica que a melhora do nível educacional dos indivíduos rurais, fazem com que estas possam responder de forma mais rápida as novas oportunidades no mercado de trabalho rural.

De forma que, principalmente nas áreas rurais melhor estruturadas e mais integradas como a industrialização e com os grandes centros urbanos, quanto maior for o nível de escolaridade e de habilidades dos residentes rurais, maior a possibilidade destes lograrem empregar-se em atividades rurais não agrícolas que lhe garantam melhor qualidade de vida. Reardon *et alii* (2006) admite ainda que o nível de educação no campo pode ser uma

ferramenta importante na composição do seu capital social, que pode gerar novas oportunidades de emprego não agrícola. Estudos realizados por Sampaio *et alii* (2008) evidenciou que mais anos de educação escolar tanto aumenta as chances de participação, quanto proporciona uma ocupação de melhor qualidade dentro dos setores de trabalho não agrícola, ao passo que podem gerar melhores salários. O oposto se verifica quando os indivíduos apresentam um baixo nível de escolaridade, neste caso a tendência é que irão se enquadrar no rol das atividades rurais não agrícolas precárias e menor remuneradas.

Quanto ao gênero também é um fator importante que influencia os padrões de participação das atividades rurais não agrícolas. Segundo Davis (2003) esses padrões podem permitir ou restringir o acesso às atividades não agrícolas dependendo de cada localidade. Na América Latina, por exemplo, os dados mostram que a maior porcentagem de empregos rurais não agrícolas é maior para as mulheres que para os homens Berdegue *et alii* (2001). Note-se que muitas das atividades agrícolas são árduas demais, e dura boa parte do dia, de modo que as mulheres são menos encorajadas a praticá-las. No entanto essa dinâmica não representa um padrão específico, em Uganda, por exemplo, Newman e Canagarajah (1999) mostraram que são as mulheres que estão mais ocupadas na agricultura, e os homens se dedicam mais as atividades não agrícolas. No caso do Brasil, estudos de Sampaio *et al* (2008) usando microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) mostrou que indivíduos do sexo masculino são menos propensos a trabalhar fora da agricultura, e que a observação dos efeitos marginais das estimações, ser do sexo feminino aumenta em 11,85% a probabilidade de participação em atividades fora da agricultura.

Quando se relaciona o gênero ao tipo de ocupação não agrícola, Janvry & Saudolet (1999) ao estudar as áreas rurais do México, mostram que mulheres e homens geralmente ascendem a empregos diferentes. No Brasil, Del Grossi e Graziano da Silva (2000) explicam que quanto ao gênero das pessoas envolvidas nas atividades rurais não agrícolas, observa-se que as ocupações de serviços domésticos, professores de primeiro grau e costureiras são típicas de mulheres, enquanto que pedreiros, motoristas ou serventes de pedreiros são ocupações masculinas. Já as ocupações como Balconistas Atendentes, Ambulantes e Diversos têm participação mais ou menos à mesma proporção entre homens e mulheres.

Por fim, a idade se coloca como outra característica individual de grande influência na decisão de participação no trabalho não agrícola. A interpretação neste caso é que quanto maior a idade maior as chances de trabalhar em atividades não agrícolas. Estudos realizados para o Brasil Sampaio *et al* (2008), Ferreira e Lanjouw (2001), através de estimações econométricas encontraram coeficientes positivos, mostrando que a probabilidade de participar no mercado de trabalho não agrícola aumenta quanto maior for a idade. Matshe e Young (2004) estima a decisão de participação das famílias rurais no Zimbábue e mostra que a participação em atividades fora da agricultura aumenta com a experiência (que é captada pela idade ao quadrado). No que se refere ao efeito da produtividade do indivíduo ocupado em atividades não agrícolas ao longo dos anos, as evidências têm mostrado que essa variável (captada pela idade ao quadrado) tem efeito negativo, o que representa o efeito da queda da produtividade, que ocorre com o aumento da idade.

4. O emprego rural não agrícola nas áreas rurais do Nordeste

Desde a década de 1990, era possível notar que o fenômeno das Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNA's) não era um caso isolado em áreas específicas do Brasil. A região Nordeste, concentra o maior contingente da população rural e também agrega a maior parte das ORNAs (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A respeito da PEA agrícola, cabe considerar que esta pode variar muito mediante o período de referencia escolhido para a pesquisa. Da mesma forma, cabe frisar que os

parâmetros de separação entre rural e urbano podem igualmente variar de acordo com critérios estabelecidos por cada município (DEL GROSSI & GRAZIANO DA SILVA, 2006).

A Tabela 1 mostra como estão distribuídas as ORNAs entre os residentes rurais do Nordeste, evidenciando também como essas ocupações estão distribuídas por características como sexo, idade e nível de instrução.

De acordo com os valores acima, observa-se que, dos residentes nas áreas rurais do Nordeste que estão ocupados, 11,2% têm como ocupação principal as atividades não agrícolas, enquanto que o restante se encontra ocupado em alguma atividade agrícola. No entanto, como bem afirma Graziano da Silva (2006), deve-se atentar para o fato de que o indivíduo que reside no meio rural não necessariamente desenvolve suas atividades lá, podendo muito bem trabalhar num centro urbano próximo.

Tabela 1: Estrutura da ocupação dos residentes rurais do Nordeste por ramo da atividade, sexo, idade e nível de instrução – Nordeste, 2006

Total de residentes rurais	14.756.236	%
Ocupação agrícola	6.028.696	40,9
Ocupação não agrícola	1.646.393	11,2
Masculino (não agrícola)	864.851	52,5
Feminino (não agrícola)	781.542	47,5
Média de idade (não agrícola)	33	
<hr/>		
Anos de estudo (não agrícola)		
1 a 4 anos	522.250	31,7
5 a 10 anos	515.938	31,3
11 a 14 anos	301.255	18,3
15 anos ou mais	28.038	1,7
Sem instrução	272.231	16,5

Fonte: PNAD 2006; elaboração do autor.

Dessa forma, na medida em que se estima o total da população rural ocupada em atividades não agrícolas, tomando como referência o local de residência, pode-se chegar a uma super estimativa da real capacidade de criação de ocupações no meio rural. Contudo, conforme Graziano da Silva (2006), isso pode ser encarado como uma nova função do rural: a de propiciar moradia para um grande contingente populacional.

Aliás, as condições de infraestrutura de transportes são fundamentais nesse caso, porque facilitam o trânsito de trabalhadores não agrícolas, tanto no sentido rural-urbano como no sentido urbano-rural.

Entre os que se ocupam em atividades não agrícolas, a maior parcela é do sexo masculino (praticamente 52,5%). Isso se explica pelo fato de que a grande parte das ORNAs na região Nordeste estão vinculadas a setores da construção civil, da indústria de transformação e da construção, que são atividades que concentram, em sua maioria, mão de obra masculina. Em contrapartida, as mulheres estão mais envolvidas nas atividades ligadas aos ramos de serviços domésticos, educação e outras atividades pessoais.

No que se refere à faixa etária dos residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas, sua média de idade é de 33 anos, sendo que, para o Brasil, essa média se situa na casa dos 38 anos. Uma observação mais pormenorizada das estatísticas da idade desse grupo

mostra que, do total dos residentes rurais que estão vinculados às ORNAs, a maioria (aproximadamente 55,4%) está na faixa entre 15 e 35 anos de idade. Já os que estão na faixa entre 36 e 55 anos apresentam participação de 40%; e os que se situam na faixa entre 56 e 75 e mais de 75 anos têm participação de 6,6% e 0,2%, respectivamente. Observa-se, nesse caso, que a participação nas atividades rurais não agrícolas aumenta até uma determinada faixa e depois diminui seu percentual.

No tocante ao nível de escolaridade, a tabela 02 apresenta como os residentes rurais ocupados em atividades rurais não agrícolas estão distribuídos por anos de estudo. Os dados mostram que, do total de residentes não agrícolas, aproximadamente 31,7% apresentam de 1 a 4 anos de estudo (522.250 pessoas); já os que apresentaram de 5 a 10 anos de estudo representam 31,3% (515.938 pessoas), sendo que essas duas faixas juntas respondem por 63% do total dos ocupados não agrícolas. Nas demais faixas, os que possuem de 11 a 14 anos de estudos têm participação de pouco mais de 18,3% (301.255 pessoas), enquanto que os sem instrução perfazem um total de aproximadamente 30% (214.096 pessoas) e finalmente os que têm mais de 15 anos de estudo representam apenas 1,7% do total de ocupados em atividades rurais não agrícolas. No que se refere a esse último caso, tem-se o fato de que a região Nordeste é a região em que os ocupados em ORNAs apresentam o menor grau de estudo, se comparada essa última faixa com as demais regiões.

Anteriormente, foi mostrado que as dinâmicas das ORNAs captam as particularidades das economias em que estão inseridas de acordo com cada área rural. Para visualizar de forma mais clara esta questão, a Tabela 2 mostra como está distribuída a população rural ocupada em atividades não agrícolas por estado para a região Nordeste.

Tabela 2 – População rural ocupada segundo ramo da atividade – Região Nordeste do Brasil, 2006

Estado	PEA rural ocupada (a)		
	Agrícola	Não agrícola	(%) Não agrícola/total PEA
Maranhão	854.663	198.761	19
Piauí	550.573	117.525	18
Ceará	783.016	269.958	26
Rio Grande do Norte	222.285	160.247	42
Paraíba	335.128	130.291	28
Pernambuco	823.065	193.526	19
Alagoas	408.792	63.600	13
Sergipe	151814	49.563	25
Bahia	1.899.360	462.922	20

Fonte: PNAD 2006; elaboração do autor.

Nota-se que existem diferentes dinâmicas na relação entre as ocupações agrícolas e não agrícolas para cada estado, principalmente quando se observa a participação das ORNAs no total da população rural. Nesse sentido, cabe fazer algumas observações pertinentes a esses diferentes padrões de ORNAs presentes nos estados.

O Rio Grande do Norte é o estado que apresenta uma característica bem específica em relação aos outros estados da região, com uma participação bem elevada de residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas (42%) em relação aos ocupados na agricultura.

Nesse estado, a população rural sempre conviveu com opções não agrícolas à ocupação não agrícola, isso em função do caráter não empresarial de sua agricultura. O estado conta com um litoral amplo e potencialmente favorável ao turismo, como também conta com outras atividades como a exploração de sal e outros minerais, que foram alternativas frente à sazonalidade das atividades agrícolas. Assim, no conjunto, as dinâmicas rurais do Rio Grande do Norte fizeram com que diferentemente do plano regional, no início da década de 1990, o número da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas, supera o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. (SILVA, 2000).

O estado do Piauí apresentou segunda menor participação percentual de residentes rurais vinculados às atividades não agrícolas (18%) em relação à PEA rural ocupada. A particularidade deste estado é que este não incorporou de forma abrangente a modernização da agricultura e que no estado houve uma influência significativa da expansão das áreas urbanas em direção ao rural. Diferentemente de outros estados da região, o Piauí não possui um potencial turístico forte que pudesse servir de alternativa às ocupações agrícolas. Nisto verificou-se que o fenômeno da seca propiciou um crescimento das ORNAs devido aos programas emergenciais no período das obras realizadas nas frentes contra a seca, mas que se arrefeceu logo no período posterior quando esses programas foram suspensos. Ademais a proximidade do rural com o urbano propiciou o surgimento de ORNAs ligadas ao ramo de comércio de produtos. Da mesma forma uma mudança no processo de produção agrícola ligada aos preceitos de qualidade dos produtos, levou a um crescimento de serviços ligados a atividades não agrícolas nas cadeias produtivas da fruticultura e do processamento de alimentos (VILELA, 2000).

No caso do estado de Alagoas (13%), tem-se que sua economia se baseou fortemente na agroindústria sucroalcooleira. A economia do estado passou por transformações importantes que incidiram significativamente na sua agricultura e no mercado de trabalho rural. A economia da cana de açúcar se torna bastante volátil, em função de políticas de caráter macroeconômico, afetando positivamente a geração de ORNAs no seu período ascendente, e operando ao contrário no período descendente. O algodão sofre grande retração na região, liberando ainda mais mão de obra agrícola (VERAS & LIRA, 2000).

Nisto, tem-se que a grande maioria da força de trabalho passa a residir nas periferias das cidades, trabalhando na zona urbana nos períodos de entressafra. E sendo Alagoas um estado litorâneo, isto dá margem para a que mesmo nas áreas próximas das plantações de cana de açúcar, haja um estímulo forte para ocupações ligadas ao turismo (VERAS & LIRA, 2000).

Outros três estados, Bahia, Pernambuco e Ceará apresentam uma participação das atividades rurais não agrícolas muito próximas, com 20%, 19% e 26% respectivamente. O estado de Pernambuco apresenta uma dinâmica bem semelhante a Alagoas, pelo fato de que sua economia foi também baseada na agroindústria da cana de açúcar, que nos seus períodos descendentes puxaram consigo as ORNAs, principalmente as ligadas aos setores da indústria de transformação e de serviços (BALSADI *et alii*, 2000).

E, no caso do estado da Bahia, Filho (2000) explica bem que a dinâmica das atividades rurais não agrícolas está atrelada à necessidade dos agricultores em ocupar a força de trabalho disponível, procurando assim fontes alternativas de renda. Neste estado as ORNAs estão mais ligadas aos ramos da indústria e de comércio de mercadorias.

Finalmente o estado da Paraíba possui a segunda maior participação de pessoas ocupadas em atividades rurais não agrícolas no total da PEA rural com 28% de participação deste contingente em relação aos totais dos residentes rurais.

A estrutura da posição da ocupação dos residentes rurais, mostra como estão distribuídas as ocupações agrícolas e não agrícolas, segundo a posição na ocupação em cada um dos ramos de atividade conforme a tabela 03.

Como pode ser verificado, da totalidade dos residentes rurais nordestinos no ano de 2006, a maior parte se encontra ocupada em atividades rurais agrícolas, com aproximadamente 40,9% do total de residentes engajados nestas atividades.

De fato, considerando a região como um todo, observa-se que as ocupações agrícolas — à exceção do estado do Rio Grande do Norte — ainda detêm uma forte participação dado o caráter agrícola da região. Acrescente-se a isso o fato de que as transformações causadas pela modernização da base agrícola na região, não tiveram a mesma magnitude que em outras regiões, onde as atividades estritamente agrícolas tem uma capacidade de absorção de força de trabalho humana comparativamente maior que nas demais regiões, como bem explicam Laurenti & Del Grossi (2000).

Tabela 3 – Distribuição da PEA rural da região Nordeste segundo ramo da atividade e posição na ocupação – 2006

Local domicílio/Posição na ocupação	2006
Rural	14.756.236
Não agrícola	1.646.393
Empregado	808.692
Conta-própria	472.034
Empregador	26.681
Trabalhador doméstico	205.543
Agrícola	6.028.696
Empregado	1.274.277
Conta-própria	1.669.537
Empregador	110.609
Não remunerado	1.540.392

Fonte: PNAD 2006; elaboração do autor.

Do total da PEA ocupada na agricultura, aproximadamente 27% trabalham por conta própria (1.669.537). Esse grupo é formado em sua grande parte por agricultores familiares, de modo que este grande peso dos conta-próprias agrícolas revela ainda um perfil predominantemente agrícola da região. Um ponto importante de análise destas famílias, conforme Graziano da Silva *et alii* (2002), é a sua dependência em relação às transferências de renda sob a forma de aposentadorias e transferências sociais. Como a renda agrícola varia constantemente, essas transferências de renda se colocam como fundamentais na manutenção da renda deste grupo de pessoas.

Com relação aos empregados agrícolas, estes perfazem 21,1% do total da PEA ocupada agrícola, contabilizando um total de 1.274.277 pessoas que têm trabalho assalariado no meio rural nordestino. Completando as categorias da PEA rural ocupada na agricultura, tem-se a categoria de empregadores agrícolas, com participação de 1,8% dos residentes rurais agrícolas.

No que tange a PEA rural não agrícola, os dados mostram um panorama diferente do observado para PEA rural agrícola. Neste caso tem-se que a participação da categoria dos empregados supera os de conta-próprias, com uma participação de 49,1%, enquanto que a

última conta com uma participação de 28,7%, sendo a segunda categoria em ordem de participação.

Isso ocorre pelo fato de que as ORNAs presentes nas áreas rurais são em sua maioria, ocupações ligadas aos ramos de prestação de serviços, que demandam muitas vezes todo um aparato empresarial e intelectual, no sentido de máquinas e equipamentos, os quais necessitam de níveis maiores de conhecimento. O mesmo serve para ocupações ligadas aos serviços pessoais, públicos etc. Disto ocorre que muitos agricultores da PEA agrícola, na categoria de empregador agrícola, não conseguem redirecionar suas atividades para manter a mesma posição na ocupação no caso das atividades não agrícola.

A categoria de trabalhadores domésticos não agrícolas ocupa a terceira posição com uma participação de 12,5% do total dos ocupados rurais não agrícolas no Nordeste. Em relação a esta ocupação, Laurenti e Del Grossi (2000) mostram que o setor de emprego doméstico tem sido o maior responsável pela absorção de postos de trabalho não agrícolas nas áreas rurais do país, sendo que em fins da década de 1990, esse setor já era responsável por aproximadamente 17% da PEAR² (PEA restrita) rural ocupada em atividades não agrícolas no Brasil. Conforme analisam Graziano da Silva e Del Grossi (1997) a dinâmica deste setor aponta para três movimentos dentro dos espaços rurais: i) A dificuldade da mulher em se inserir dentro do mercado de trabalho agrícola; ii) o crescimento das residências de altas rendas no campo; iii) o crescimento da população de baixa renda que embora trabalhe nas áreas urbanas, reside no meio rural.

Da mesma forma, no Nordeste, o setor de emprego doméstico tem peso importante na absorção de força de trabalho entre os residentes rurais. E no tocante a categoria empregadores não agrícolas, observa-se que esta tem a menor das participações em relação a PEA rural ocupada, sendo que em relação aos ocupados não agrícolas, possui cerca de 1,6%.

Do ponto de vista dos ramos da atividade não agrícola, sua análise é importante para observar como estão estruturadas as ORNAs de acordo com cada ramo da atividade. Essa distribuição pode evidenciar ainda quais as dinâmicas mais fortes dentro do meio rural, como também dar direcionamentos de sua ligação com as áreas urbanizadas.

Estes ramos podem ser o resultado de diversos estímulos dentro do campo, dentre os quais podem ser citados: estímulos resultados do processo urbanização do meio rural, Graziano da Silva *et alii* (2002), com atividades ligadas a moradia, turismo, lazer, etc. estímulos originados pela oferta de serviços públicos dentro das áreas rurais, tem-se também a modernização da estruturas de produção agrícolas que demandam ocupações ligadas a prestação de serviços, construção civil e operação de máquinas e equipamentos.

A tabela abaixo enumera os principais ramos de atividades não agrícolas dos residentes rurais da região Nordeste, mostrando como a população rural ocupada está desmembrada em relação às atividades das ORNAs.

Tabela 4 – Distribuição da população rural PEA ocupada no Nordeste segundo ramo da atividade e situação do domicílio em 2006

Local domicílio/ramo de atividade	Total	%
Agrícola	6.028.696	
Não agrícola	1.646.393	
Indústria transformação	356.388	21,6

²De acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (2006), devido a mudanças de metodologia da PNAD, as comparações entre as décadas de 1980 e 1990 são feitas com base em séries reconstruídas com microdados da PNAD.

Outras ativ. Industriais	27.613	1,7
Indústria construção	171.758	10,4
Comércio e reparação	306.493	18,6
Alojamento e alimentação	59.865	3,6
Transporte, armazenamento e comunicação.	80.865	4,9
Administração pública	106.247	6,5
Educação, saúde e serviços sociais.	230.580	14,0
Serviços domésticos	205.543	12,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	52.123	3,2
Outras atividades	39.351	2,4
Atividades mal definidas ou não declaradas	3.933	0,2

Fonte: PNAD 2006; elaboração do autor.

A partir das informações registradas acima, pode-se observar que dentre os principais ramos da atividade não agrícola, os ramos ligados ao bloco industrial; indústria transformação (21%), comércio e reparação (18,6%), educação, saúde e serviços sociais (14%) e serviços domésticos (12,5%).

Estes setores fazem parte de uma dinâmica que se origina pela demanda de pessoas que procuram o campo seja para se fixar temporariamente ou de forma permanente, da indústria de transformação, do setor de construção civil e do processamento de produtos em geral.

Todavia deve-se observar que no caso da construção civil, as ocupações tendem a ter rendimentos muito baixos, em relação às ocupações da indústria de transformação e outras atividades industriais. Neste caso o nível de educação pode ser muito significativo, na medida em que uma quantidade maior de anos de estudo tende a favorecer a obtenção de ocupações melhor remuneradas.

Os ramos da educação e saúde apresentam aspectos importantes dentro da estrutura da ocupação dos residentes rurais. Observa-se uma forte tendência de crescimento da demanda por serviços de caráter mais público dentro das áreas rurais, isso tem levado os gestores públicos a oferecer uma estrutura de serviços públicos que possa abranger um número cada vez maior de pessoas dentro dessas áreas.

Já no caso dos serviços domésticos (12,5%), este setor tem sido um dos que mais ocupam dentre as ORNAs, devido ao fato de que com a melhoria da infraestrutura de transporte, é possível que mais residentes rurais possam trabalhar em cidades próximas nesta ocupação, como também a vinda de pessoas das áreas urbanas para o campo seja para passar férias ou fixar residência também demandam tais atividades. No entanto deve-se atentar ao fato de que estes últimos têm na precarização das relações de trabalho e salários uma de suas mais fortes características.

5. Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar a estrutura da economia rural não agrícola na região Nordeste, observando os principais determinantes destas atividades. Para isto a priori fez uma revisão bibliográfica acerca de como se constitui esta forma de atividade não agrícola no campo, bem como os fatores que impulsionam a existência desta em determinadas regiões e suas especificidades. Podemos destacar os seguintes fatores: a dinâmica do setor agrícola, a produtividade do setor não agrícola e a diversificação das oportunidades.

Em seguida este trabalho tentou tratar de forma detalhada os determinantes que levam os agentes a buscarem atividades não agrícolas para complementar a renda. Estes determinantes podem ser divididos em três grupos: i-) caráter da área rural, que leva em conta características locais; ii-) composição do domicílio, a qual envolve aspectos da família e característica domiciliar; e iii-) aspectos individuais, como gênero e educação.

Apoiado nesta revisão buscou em dados da PNAD analisar a situação das atividades não agrícolas na região Nordeste. Na análise identificou-se que no Nordeste as atividades rurais não agrícolas vão assumir padrões diferenciados entre os estados, justamente pela forma distinta de suas trajetórias econômicas, referendando o ponto levantado na literatura que o desempenho econômico este diretamente ligado com a geração de atividades não agrícola.

Além do mais, o total de pessoas ocupadas nas áreas rurais, no ano de 1997, cerca de um quarto se encontrava ocupados em atividades rurais não agrícolas, dentre as quais se destacam as ocupações vinculadas aos ramos de prestação de serviços sociais e da indústria de transformação.

6. Referências Bibliográficas

BARRETT, C. B., T. REARDON, P. WEBB. Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications. *Food Policy* 26: 315–331, 2001.

BERDEGUÉ, J., REARDON, T., ESCOBAR G. AND ECHEVERRÍA, R. Policies to promote non-farm rural employment in Latin America, *Natural Resource Perspectives*, No. 55, London: Overseas Development Institute.2000.

BERDEGUÉ, J., E. RAMÍREZ, ET AL (2001): Rural nonfarm employment and incomes in Chile, *World Development*, vol. 29, Nº 3, edición especial, Amsterdam, Elsevier Science.

DAVIS, J.R. The Rural Non-Farm Economy, livelihoods, and their diversification: Issues and options. Chatham, UK: *Natural Resources Institute publication*, 2003.

DAVIS, J.R. and BEZEMER, D.J., Key emerging and conceptual issues in the development of the rural non-farm economy in developing countries and transition economies. Report 2, DFID unpublished mimeo.2003.

DEL GROSSI, M. E SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. Brasília, UnB, 2006.

DEL GROSSI, MAURO EDUARDO; SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ocupações rurais não agrícolas. Oficina de Atualização Temática 2000, Londrina. Anais... Londrina: IAPAR, 2000.

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola tendencias, interpretaciones y políticas. reunión de expertos sobre:“población territorio y desarrollo sostenible” santiago, 16-17 de agosto 2001

FAFCHAMPS, Marcel & MINTEN, Bart, 1998. Marketing policy reform and competitiveness, MTID discussion papers 23, International Food Policy Research Institute (IFPRI)

FERREIRA, F. y P. LANJOUW: Rural nonfarm activities and poverty in the Brazilian Northeast, *World Development*, vol. 29, Nº 3, edición especial, Amsterdam, Elsevier Science, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ. O novo rural brasileiro. 2ª edição, Campinas 1999.

GRAZIANO-SILVA J, DEL GROSSI M, CAMPANHOLA C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? *Cadernos de Ciência e Tecnologia* 2002; 19:37-67

GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Economia. ANPEC, Recife-PE. 1997.

HAZELL, P. AND HAGGBLADE, S. (1991). Rural-Urban Growth Linkages in India. *India Journal of Agricultural Economics*, 46(4), 515529.

KLEIN, E. El empleo rural no agrícola en América Latina. Santiago: PREALC/OIT, 1992.

LANJOUW, J.O. and Lanjouw, P. Rural Non-Farm Employment: A Survey. *Policy Research Working Paper*, nº 1463 The World Bank, 1995.

LANJOUW, P. (1998), *Poverty and the Non-Farm Economy in Mexico's Ejidos: 1994-1997*. Free University of Amsterdam and DERCG, World Bank. (mimeo)

LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.(Org.). *O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional*. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000.

MATSHE, I., YOUNG, T. Off-farm labour allocation decisions in small-scale rural households in Zimbabwe. *Agricultural Economics*, p. 175-186, v. 30, nº 3, 2004.

NASCIMENTO, Carlos Alves do, et al. pluriatividade e emprego doméstico no meio rural do Brasil, 1992-99. *Agricultura* 11, 1998.

REARDON, T., J. BERDEGUE, C.B. BARRETT, and K. STAMOULIS. "Household Income Diversification into Rural Nonfarm Activities," in Haggblade, Hazell, and Reardon (eds), *Transforming the Rural Nonfarm Economy*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, forthcoming, 2006.

REARDON, T. Rural Non-farm Income in Developing Countries. *The State of Food and Agriculture*, Rome 1998.

REARDON, T. , J. BERDEGUE, G. ESCOBAR. Rural Nonfarm Employment and Incomes in Latin America: Overview and Policy Implications. *World Development* 29(3): 395-409, 2001

REARDON, T., K. STAMOULIS, A. BALISACAN, ME CRUZ, J. BERDEGUE, B. BANKS. "Rural Nonfarm Income in Developing Countries," *Special Chapter in The State of Food and Agriculture* 1998, Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations, p. 283-356, 1998.

SADOULET, E., DE JANVRY, A. Quantitative Development Analysis. John Hopkins University Press, Baltimore, 1995

SAMPAIO, L. M. B, MARIANO, J. L. MESQUITA, S. P. ; RAMALHO, H. H. M. ; ; Araújo Junior, I. T. de . Participação de agricultores no mercado de trabalho não agrícola no Nordeste e no Brasil. In: *XV Encontro Regional de Economia (Anpec Regional)*, 2010, Fortaleza. Anais do XV Anpec Regional, 2010.

SANCHEZ, V. (2005). The determinants of rural non-farm employment and incomes in Bolivia: Msc. Thesis. Department of Agricultural Economics. Michigan State University

WELLER, J. El Empleo Rural na Agropecuaria en el istmo Centroamericano. *Revista de la CEPAL*, 62: 75-90, 1997.